

Lévi-Strauss, Braudel e o tempo dos historiadores

Lévi-Strauss, Braudel and the time of the historians

Henrique Estrada Rodrigues*

RESUMO

O artigo analisa a crítica de Fernand Braudel a Lévi-Strauss quanto à relação entre estrutura e tempo histórico. Exposta no ensaio “História e ciências sociais: a longa duração”, essa crítica explicita os fundamentos conceituais de uma historiografia que suspeita das rupturas radicais na história. Palavras-chave: Braudel; Lévi-Strauss; longa duração.

ABSTRACT

This paper analyzes Fernand Braudel’s criticism of Lévi-Strauss concerning the relation between the structure and the historical time. Presented in the essay “History and the Social Sciences: the long duration”, it makes explicit the conceptual fundaments of a historiography that suspects from the radical ruptures in history. Keywords: Braudel; Lévi-Strauss; long duration.

Em 1958, Fernand Braudel publica um artigo no qual procura definir o lugar da história no interior das ciências sociais e, sobretudo, o papel do conceito de estrutura no interior da pesquisa historiográfica. O texto em questão veio à luz na revista dos *Annales*, no interior de uma seção chamada “Debates e Combates”. Intitulado “História e ciências sociais: a longa duração”, marcou um ponto de inflexão no debate historiográfico, assinalando uma tomada de consciência decisiva diante da virada estruturalista que conhecera, na obra de Claude Lévi-Strauss, um dos seus principais pontos de referência e difusão. Particularmente, Braudel reagia a um texto do antropólogo sobre “História e etnologia”, publicado em 1949 na *Revue de Métaphysique et Morale*. Em 1958, Lévi-Strauss retomaria esse mesmo texto, inserindo-o como o capítulo I do livro *Antropologia estrutural*. Braudel, então, decide responder a algumas das questões ali levantadas.¹

No ensaio de 1949 — e agora capítulo de livro —, três pontos, ao menos, chamaram a atenção do historiador: em primeiro lugar, o antropólogo defen-

* Historiador (UFMG), doutor em filosofia (USP), pós-doutor em Culturas Políticas (Projeto República/UFMG). Rua Apucarana, 85, apt. 103. Bairro Ouro Preto. 31310-520 Belo Horizonte – MG – Brasil. henriqueestrada@hotmail.com.

dia um espaço interdisciplinar de pesquisa a partir do qual criticava os saberes tradicionais encerrados em si mesmos; em segundo, essa defesa recorria a um modelo sincrônico de análise que, inspirado na linguística, investigava invariantes para além da superfície fortuita dos acontecimentos; por fim, Lévi-Strauss reconhecia na etnologia uma nova protagonista no interior das ciências sociais, diferente de uma historiografia ainda presa aos eventos contingentes ou de curta duração. Se esses pontos estiveram na base das futuras discussões entre o antropólogo e os historiadores, a reação de Braudel tivera o mérito de explicitar, desde 1958, os pressupostos historiográficos do debate. Esses pressupostos foram evocados, sobretudo, seguindo a tradição delineada em torno da revista dos *Annales*, fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre. Tratava-se, no caso, de evocar os passos de uma historiografia que, havia muito, vinha revogando a superfície dos acontecimentos em proveito das estruturas de longa duração. No interior das ciências sociais, defendia Braudel, nem tanto a etnologia, mas a história fora a protagonista nessa tarefa de revogação.

Entretanto, pode-se atribuir esse protagonismo apenas aos historiadores? A sociologia não nascera, antes mesmo dos *Annales*, como denúncia dos acontecimentos e do tempo curto das revoluções? Que se recorde, por exemplo, a própria admiração de Marc Bloch pela escola sociológica de Durkheim e pelo periódico *Année Sociologique*, publicado pela primeira vez em 1898. “À velha revista *L’Année* os historiadores de minha geração devem mais do que confessam”, dissera em 1935.² Pouco depois, confessava: era preciso trazer para o campo historiográfico o que a escola durkheimiana quisera reservar à pesquisa sociológica — estudos sobre hábitos, costumes e dados inconscientes da vida social, mais profundos e duradouros que a trama dos acontecimentos superficiais e fortuitos. Bloch recuperava, especialmente, a crítica de François Simiand aos “três ídolos da tribo” da história dita tradicional — ênfase nos fatos políticos, busca das grandes personalidades e o hábito cronológico. Contra esses ídolos, Simiand evoca — em “Método histórico e ciência social”, publicado em 1903 na *Revue de synthèse historique* — uma metodologia de pesquisa derivada de princípios sociológicos. Para o autor, que também colaborara em *L’Année Sociologique*, crenças, regras morais, maneiras de agir e de pensar não são obras dos indivíduos isolados, mas emanam de manifestações coletivas que os ultrapassam e os determinam.³

Fernand Braudel, em boa medida, retoma essa perspectiva. Já em seu livro sobre *O mundo mediterrâneo à época de Filipe II*, editado em 1949, desdobrava a contribuição de Simiand em novas direções. Um desses rumos, ao

menos, fizera fortuna: sob a perspectiva da longa duração, Braudel elabora uma abordagem da história capaz de isolar um instantâneo em meio à diversidade do mundo, sondando as permanências e as repetições da história, as constâncias e os constrangimentos da vida social.⁴ E, quando publica “História e ciências sociais: a longa duração”, o autor explicita as razões de uma historiografia que, ao buscar os aspectos novos e imprevisos da história, encontra, antes de tudo, continuidades e raízes. Nesse sentido específico, essas razões seriam tributárias de uma ciência que, desde o século XIX, fazia do tempo curto — da revolução ou das ações individuais — o berço das ilusões modernas. Mais ainda. Sob o pano de fundo de um debate com Lévi-Strauss, o texto de Braudel recorre a uma concepção da temporalidade que, dotada das medidas do espaço e das escalas da duração, reorienta para o coração da pesquisa historiográfica as desconfianças da sociologia perante o tempo curto das revoluções. E isso não teria sido de pequena monta, de resto, no ano em que publicou seu artigo.

É também no ano de 1958 que surge, por exemplo, o ensaio “O conceito de história — antigo e moderno”, de Hannah Arendt, testemunho de uma vertente teórica radicalmente contraposta à matriz sociológica da historiografia. Arendt dotava de densidade conceitual o tempo curto dos acontecimentos, fundamentando sua ideia de revolução como ruptura, como novo começo. O político, pensado sob a perspectiva das ações contingentes e individuais, circunscreveria uma esfera própria de inteligibilidade, não derivada da infraestrutura econômica ou das estruturas sociais. Esse também é, aliás, o ano em que Soboul publica seu livro sobre *Os sans-culottes parisienses*, no qual estudou o papel das classes populares durante o processo revolucionário. O autor pensa o político a partir dos movimentos da economia e da sociedade, destacando a esfera das ações individuais como protagonista de uma crise revolucionária. O curso dos acontecimentos, porém, antes de lhe parecer contingente, seguiria um caminho passível de determinação racional. Diferentemente de Arendt, a concepção da história em Soboul, sob inspiração marxista, não deixa de se apresentar sob um ponto de vista teleológico.⁵

Mas, por que evocar esses autores? Busca-se, tão-somente, lembrar que, do ponto de vista da teoria da história, os problemas do tempo, do acontecimento e da revolução provocavam, no final da década de 1950, modalidades de conceituação bem diferentes. Assim, o ensaio de Braudel é exemplar de uma tradição historiográfica específica, que, embora problematizasse qualquer indiferença às mudanças na história, se precava contra uma noção de acontecimento pensada sob o selo da ruptura radical. Para isso, Braudel mo-

biliza o conceito de longa duração, fundamentando-o, em 1958, a partir de uma reação às provocações de Lévi-Strauss. Este, portanto, seria um dos principais resultados dessa fundamentação: permitir que se reconstituam posições teóricas decisivas no interior da tradição dos *Annales*, posições essas que teriam consolidado uma história social em detrimento da história política.

Então, que se comece refazendo, neste artigo, o sentido daquelas provocações de Lévi-Strauss. A partir desse pano de fundo inicial, seria possível desvendar, numa segunda etapa, a armação teórica da “longa duração”, com a qual Braudel reage ao estruturalismo do antropólogo ao mesmo tempo em que explicita a referência sociológica de sua conceituação. Essa reação deixou herdeiros, especialmente no interior da chamada “Nova história”, cuja análise corresponderá à terceira parte deste artigo. Afinal, desconfiados do tempo curto das ações conscientes e individuais, interlocutores de Braudel continuariam mobilizando a categoria do social contra uma ideia de acontecimento político ligado à instauração do novo ou à imprevisibilidade da história.

Ao final dessas três etapas, caberia uma última constatação: quando os herdeiros de Braudel desdobram a pesquisa historiográfica para novos objetos e novas abordagens, o dissenso com Lévi-Strauss não seria mais um episódio fundamental da tradição *annaliste*. O próprio antropólogo, como aqui se verá, tornou-se ocasional colaborador da revista dos *Annales*. Desde então, o debate muda de foco: alguns autores começam a questionar a própria categoria do “social” como princípio de inteligibilidade da historiografia.⁶ O político e o tempo curto das ações individuais ganhariam, assim, novas e imprevisíveis configurações. Entre essas, destaca-se o próprio reencontro entre a teoria da história e a teoria política. Mas, de que maneira esse reencontro interpelou o referencial sociológico da herança braudeliiana? Uma resposta possível para esta última interrogação será indicada, neste artigo, em suas considerações finais.

LÉVI-STRAUSS E OS HISTORIADORES

“História e etnologia”, de Lévi-Strauss, foi publicado, originalmente, no mesmo ano do seu livro pioneiro sobre as *Estruturas elementares do parentesco*. Em boa medida, os dois textos apresentavam os resultados de pesquisas desenvolvidas nos Estados Unidos, para onde o pesquisador se dirigira durante a guerra. É certo que levara para a América uma larga experiência em estudos etnográficos, desenvolvidos, desde a década de 1930, ao longo de sua permanência no Brasil. Entretanto, em contato com o ambiente acadêmico

americano, o antropólogo desenvolve e consolida um modelo estrutural de pesquisa e análise dos dados etnográficos. Para a elaboração desse modelo, reconhece o alcance das pesquisas linguísticas de Jakobson, que destacava a importância da sincronia saussuriana nos estudos da linguagem. O linguista russo era outro exilado em solo americano, onde se tornou amigo e colaborador de Lévi-Strauss.

Foi Jakobson quem teria intermediado o encontro de Lévi-Strauss com Franz Boas, havia muito radicado nos Estados Unidos. Boas, antropólogo de origem alemã, construíra, desde o final do século XIX, uma das mais influentes obras no interior das ciências humanas. Sua obra abarcava múltiplos aspectos, incluindo etnografia, linguística, mitologia e folclore, entre outros. Também fora o autor de diversas gramáticas de línguas indígenas, e sua noção de que as leis da linguagem funcionariam num nível inconsciente chamara a atenção tanto de Jakobson quanto de Lévi-Strauss. Foi durante um almoço no *Faculty Club* da Columbia, na presença do antropólogo francês, que Boas veio, subitamente, a falecer. Restou, para Lévi-Strauss, o intenso convívio com sua obra, particularmente com sua crítica ao racismo, com seus estudos sobre os indígenas e com sua articulação entre a linguagem e a cultura.⁷

Sob a influência de Boas e Jakobson, Lévi-Strauss retornou, no final de 1947, para a França. Na bagagem, levava o manuscrito de *As estruturas elementares do parentesco*, no qual o tema da proibição do incesto, regido por uma noção de cultura como universo da regra, constitui a base de sua reflexão. Em 1948, o livro foi apresentado como tese na *Sorbonne*. Um ano depois, enquanto Braudel lançava seu trabalho sobre o mundo mediterrâneo à época de Filipe II, Lévi-Strauss veria sua tese ser publicada e bem recebida no meio intelectual, chegando a ganhar, da parte de Simone de Beauvoir, uma resenha favorável em *Les temps modernes*. Assim, em 1949, as obras de Braudel e de Lévi-Strauss se cruzavam de maneira fortuita. Mas, em 1958, quando “História e etnologia” é reeditado, o historiador lança os primeiros passos de um intenso debate ao reagir àquilo que lhe parecera, no ensaio do antropólogo, profundamente problemático: a caracterização proposta para o trabalho historiográfico.

Segundo Lévi-Strauss, os historiadores seriam responsáveis pela formulação de um método monográfico que limitaria o horizonte de pesquisa e de análise. Que se recorde, continua o autor, a caracterização de Henri Hauser sobre a sociedade romana, cujos fatos se explicariam “uns pelos outros muito melhor do que a evolução da família romana se explica pela evolução da família judaica, chinesa ou asteca” (Hauser apud Lévi-Strauss, 2003, p.31). Decla-

rações análogas poderiam ser encontradas ainda em H. Berr, L. Febvre e H. Pirenne. Entretanto, o que é verdadeiro para a evolução da sociedade não o seria para sua “estrutura”. Por isso, conclui o antropólogo, a diferença fundamental entre a história e a etnologia

não é nem de objeto, nem de objetivo, nem de método; mas que tendo o mesmo objeto, que é a vida social; o mesmo objetivo, que é uma compreensão melhor do homem; e um método que varia apenas na dosagem dos processos de pesquisa, elas se distinguem sobretudo pela escolha de perspectivas complementares: a história organizando seus dados em relação às expressões conscientes, a etnologia em relação às condições inconscientes da vida social. (Lévi-Strauss, 2003, p.33-34)

A etnologia não prescindiria, necessariamente, da contribuição dos historiadores, desde que a historiografia, com sua narrativa cronológica dos acontecimentos, assumisse uma função propedêutica. Pois assim, sob o fundo de instituições que se transformam, talvez fosse possível apreender “a estrutura subjacente a formulações múltiplas, permanente através de uma sucessão de acontecimentos” (Lévi-Strauss, 2003, p.37). É bem verdade que Lévi-Strauss relembra, com admiração, a obra de Lucien Febvre sobre *O problema da descrença no século XVI*. Nesse livro, Febvre parecia se socorrer de todo um aparelho de elaborações inconscientes que apontava para o mesmo sentido do trabalho etnológico: a investigação de um inventário de possibilidades simbólicas, de hábitos e de uma utensiliagem mental que explicam ou informam os modos de ver, de sentir e de agir dos homens. Mas esse livro parece, ao antropólogo, uma exceção, uma vez que o próprio Febvre, em “História e etnologia”, também seria lembrado, ao lado de Hauser e Berr, como exemplo de posturas ainda tradicionais.

Esse último comentário é particularmente interessante, uma vez que “História e etnologia” fora publicado, em 1949, no mesmo número da *Revue de métaphysique et morale* que vira aparecer, de Lucien Febvre, o artigo “Para uma outra história” (*Vers une autre histoire*). Enquanto Lévi-Strauss, em seu texto, avalia a historiografia a partir dos debates do início do século XX entre Simiand e Hauser, o historiador já comenta a *Introdução à história*, o livro inacabado de Marc Bloch, além de incluir o próprio Braudel e seu recente livro sobre o mundo mediterrâneo no contexto da tradição dos *Annales*. “Este adeus a Marc Bloch é também uma saudação dirigida a Braudel”, lembraria,

alguns anos depois, François Hartog. “Para uma outra história” valia como uma passagem de bastão:

Febvre exorta então os historiadores a sair da religião do documento escrito. “A história pode se fazer, deve se fazer sem documentos escritos caso eles não existam.” E o historiador deve “fazer falar as coisas mudas, fazê-las dizer o que não dizem.” Assim, esse livro recente, que fez do Mediterrâneo seu personagem central, vale como um “manifesto”.⁸

Em outras palavras, conclui Hartog, Febvre e Lévi-Strauss, embora publicassem seus respectivos artigos num mesmo número de revista, não falavam sobre a mesma história. Por seu turno, a crítica de Braudel ao artigo do antropólogo assume e desdobra o ponto de vista delineado por Febvre. Mas, por que reagir somente em 1958, quase dez anos depois da primeira publicação de “História e etnologia”? Talvez isso se devesse a uma competição para captar as atenções do público, teria dito Lévi-Strauss, em 1988, a Didier Eribon (Eribon; Lévi-Strauss, 2005, p.100). Embora irônica, é possível que essa afirmação não seja totalmente destituída de sentido. Revendo esse debate, Hartog recorda que, em 1949, o antropólogo ainda era relativamente desconhecido, ao passo que, no final dos anos 50, era o reconhecido autor de *Tristes trópicos* — publicado em 1955 —, além de já ser lembrado para uma possível vaga no prestigiado *Collège de France*, onde, de fato, começou a lecionar em 1960 (Hartog, 2005, p.228). Suas palavras tinham, agora, uma dimensão que, provavelmente, não teriam alcançado anos antes. Nesse contexto, talvez fosse o caso de se travar um novo combate pela história.

Em seu ensaio de 1958, Braudel combateria dois pontos da argumentação de Lévi-Strauss, testemunhos de certa incompreensão, por parte do antropólogo, do próprio desenvolvimento da historiografia francesa ao longo da primeira metade do século XX. Em primeiro lugar, aquilo que Lévi-Strauss identificara como exceção — o livro de Febvre sobre o problema da descrença no século XVI — havia muito deixara de sê-lo, como testemunharia toda a herança dos *Annales*, modelo de interdisciplinaridade e de reação aos saberes tradicionais e estanques. Se a etnologia se articulava com a linguística, a história, havia muito, renovava seus procedimentos através de seus contatos com a sociologia de um Mauss, com a história econômica de um Simiand ou com a geografia da escola de Vidal La Blache. Em segundo lugar, os combates pela história pareciam ganhos, ao menos contra a chamada história tradicional, atenta, sobretudo, à narrativa dos grandes eventos políticos. Aquilo que Lévi-

Strauss dizia ser a perspectiva do historiador — uma atenção privilegiada ao tempo curto dos acontecimentos, à feição visível e consciente da evolução política — parecia corresponder a uma historiografia já duramente criticada pela tradição dos *Annales*.

A REAÇÃO BRAUDELIANA

Entretanto, diante de “História e etnologia”, Braudel levaria o debate mais adiante, sem deixar para trás o livro *As estruturas elementares do parentesco*. O antropólogo é citado logo no início de “História e ciências sociais: a longa duração”, mais precisamente em seu segundo parágrafo, e de maneira bastante crítica. Se o autor reconhece, em Lévi-Strauss, alguém atento à construção de um espaço interdisciplinar de pesquisa — particularmente entre a antropologia e a linguística —, não é sem ironia que recorda a adoção, no livro sobre o parentesco, das matemáticas “qualitativas” (as aspas são de Braudel). Por enquanto, o historiador não se alonga muito sobre o tema, fazendo parte da estratégia da argumentação essa breve referência, com o intuito aparente de ganhar a adesão, para o seu ponto de vista, de cientistas sociais pouco afeitos a uma aproximação com modelos de cientificidade provenientes das ciências exatas.⁹ Braudel só voltaria a esse ponto mais adiante, na terceira e penúltima parte de seu longo ensaio.

No interior da primeira seção, o historiador faz referências, apenas, às teses desenvolvidas pelo antropólogo sobre o pensamento historiográfico. A bem da verdade, Lévi-Strauss não é citado nesse momento do texto, embora a argumentação de Braudel permita reconhecê-lo como um interlocutor nem tão oculto. Por exemplo: analisando a “dialética das durações”, o historiador faz uma notação que traduz todo o seu desconforto diante de uma leitura sobre a ciência histórica muito semelhante àquela proposta em “História e etnologia”. Depois de recordar a longa distância entre Marc Bloch e a história tradicional de um Langlois ou Seignobos, essa nota é dirigida contra cientistas empenhados

encarniadamente em nos reconduzir à história tal como era ontem. Ser-nos-á preciso muito tempo e cuidado para fazer com que todas essas mudanças e novidades sejam admitidas sob o velho nome de história. No entanto, uma nova “ciência” histórica nasceu, e continua a interrogar-se e a transformar-se. Anuncia-se, entre nós, desde 1900, com a *Revue de Synthèse Historique* e com os *Annales*, a partir de 1929. O historiador quis-se atento a “todas” as ciências do ho-

mem. Eis o que dá ao nosso mister estranhas fronteiras e estranhas curiosidades. Além disso, não imaginemos, entre o historiador e o observador das ciências sociais, as barreiras e diferenças de ontem. Todas as ciências do homem, inclusive a história, estão contaminadas umas pelas outras. Falam a mesma linguagem ou podem falá-la. (Braudel, 2005, p.53-54)

Reconduzir os historiadores à história dita tradicional: esse fora, de fato, o procedimento de Lévi-Strauss diante do trabalho historiográfico. Conforme sugerido em “História e etnologia”, a busca das razões inconscientes dos costumes e das crenças, a pesquisa das estruturas quase imóveis das sociedades seriam as melhores contribuições da antropologia estrutural. Aceita essa proposição, tanto a *Revue de Synthèse Historique* — da qual participava H. Beer — como os historiadores que gravitavam em torno dos *Annales* poderiam ser pensados como capítulos de uma mesma prática, pouco diferenciada da antiga história dos eventos, organizada de acordo com as “expressões conscientes” da vida. Braudel volta-se contra essa interpretação, da mesma maneira que Marc Bloch, em sua *Introdução à história*, voltava-se contra a escola de Durkheim quando esta quisera reservar à sociologia tudo o que fosse suscetível de análise racional, deixando, para a história, “um pobre cantinho das ciências”, onde se precipitam os fatos considerados “mais superficiais e mais fortuitos” (Bloch, s.d., p.24).

Retomando essa antiga querela, Braudel, ao longo da primeira seção do seu artigo, relembra uma série de autores que, havia muito, se preocupavam com as estruturas do social, mais significativas que a superfície dos acontecimentos. Os recitativos das conjunturas, dos ciclos econômicos e da quantificação, caros à história econômica de um Ernest Labrousse; as sobrevivências ou permanências no domínio cultural, tal como analisadas por Ernst Robert Curtius ou Pierre Francastel; a discussão de Alphonse Dupront sobre a ideia de cruzada no Ocidente: esses seriam alguns exemplos de pesquisadores interessados em interpretar não a superfície dos acontecimentos, mas “uma atitude de longa duração ... isto é, velhos hábitos de pensar e de agir, quadros resistentes, duros de morrer, por vezes contra toda lógica” (Braudel, 2005, p.51).

E isso ainda não era tudo. O desafio teórico, para Braudel, não era apenas o de conciliar o ponto de vista estrutural com todo esse legado historiográfico, mas o de definir um conceito de estrutura próprio aos historiadores. Em outros termos, para uma perspectiva historiográfica, era o caso de explicitar a temporalidade da própria estrutura. Segundo Braudel, essa temporalidade seria a longa duração:

Por estrutura, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente. (2005, p.49)

Uma estrutura corresponderia, pois, a “relações bastante fixas”, mas não o suficiente para serem apreendidas segundo modelos estáticos, tal como operados, a princípio, por um livro como *As estruturas elementares do parentesco*. Talvez por isso, o debate com Lévi-Strauss, embora evocado na segunda parte do artigo braudeliano — “a querela do tempo curto” —, retorne, especialmente, na sua terceira seção, intitulada, precisamente, “comunicação e matemáticas sociais”. Agora, o historiador começa lembrando a necessidade de certa cautela no preparo da realidade social através de esquemas inspirados nas matemáticas. Nesses esquemas, escolhe-se uma unidade estrita de observação: uma tribo primitiva ou um grupo demográfico, por exemplo; são estabelecidas, em seguida, todas as relações possíveis entre os termos dessa unidade; por fim, essas relações forneceriam subsídio para as equações, “das quais as matemáticas tirarão todas as conclusões e prolongamentos possíveis para chegar a um modelo que resuma todas, ou antes, leve todas em conta. Nesses domínios evidentemente se abrem mil possibilidades de pesquisas” (Braudel, 2005, p.65).

Não se trata, assim, de descartar totalmente modelos matemáticos para o estudo do social. Deve-se, apenas, confrontá-los, permanentemente, com o problema do tempo e da mudança. Para os historiadores, modelos seriam “feixes de explicações”, no interior dos quais circularia, por rotas talvez obscuras, a longuíssima duração. Por isso, para uma teoria dos modelos, conclui o autor, “é preciso que os historiadores ocupem aí posições de vanguarda” (2005, p.64). Desse ponto de vista, o historiador investiga a relação entre teoria linguística e matemática social na obra do antropólogo, anotando as implicações da fonologia na elaboração de um modelo analítico estrutural. Braudel reconhece um traço fundamental da fonologia: destacar, aquém da palavra, o sistema dos “sons”, ou seja, o “fonema”, indiferente ao sentido ou ao contexto que circundaria a linguagem. A estrutura dos sons teria o mérito de indicar o “inconsciente” da língua. Assim, um novo trabalho matemático poderia ser aplicado sobre fonemas presentes nas mais variadas línguas do mundo. Lévi-Strauss, continua o historiador, não apenas contemplou essa possibilidade como estendeu o sentido da pesquisa linguística às estruturas elementares

do parentesco, dos mitos, do cerimonial, das trocas econômicas. Esse procedimento fora realizado, por exemplo, em torno da troca matrimonial,

essa primeira linguagem, essencial às comunicações humanas, a tal ponto que não há sociedades, primitivas ou não, onde o incesto, o casamento no interior da estreita célula familiar, não seja proibido. Portanto, uma linguagem. Sob essa linguagem, ele procurou um elemento de base correspondente, se quisermos, ao fonema, esse elemento, esse “átomo” de parentesco, o qual nosso guia apresentou na sua tese de 1949 sob a expressão mais simples: entenda-se o homem, a esposa, a criança, depois o tio materno da criança. A partir desse elemento quadrangular e de todos os sistemas de casamentos conhecidos nesses mundos primitivos — e são numerosos — os matemáticos procurarão as combinações possíveis. Ajudado pelo matemático André Weill, Lévi-Strauss conseguiu traduzir em termos matemáticos a observação do antropólogo. (Braudel, 2005, p.66-67)

Posto isso, Braudel vai ao centro do problema: esse procedimento arriscava traduzir níveis de profundidade num tipo de “alfabeto Morse”, aparentemente universal. Esse é, a rigor, o cerne da crítica braudeliana à obra de Lévi-Strauss. Mas seria, também, o ponto de partida de certa astúcia em sua interpretação, marcadamente sinuosa quanto à identificação do lugar ocupado pelo antropólogo no interior das “matemáticas sociais”. Afinal, Lévi-Strauss teria preservado certo diálogo entre o modelo e a realidade social, em viagens de idas e voltas pacientemente renovadas. Braudel não se preocupa tanto em acompanhar os passos desse possível diálogo. Antes disso, essa última constatação serviria, apenas, para preparar outra indagação, votada a colocar a nova historiografia no centro do debate. Pois o que teria flexibilizado a rigidez de um modelo matemático? Para Braudel, a resposta é inequívoca: a perspectiva da longa duração. Tudo se passa, pois, como se a antropologia estrutural tivesse, em seus momentos mais fecundos, certo traço *annaliste*, mesmo que Lévi-Strauss não tenha teorizado ou reconhecido seus procedimentos nos termos dessa tradição historiográfica. Isso não é tudo: se a longa duração corresponde à temporalidade da estrutura, os historiadores deveriam ocupar um lugar de vanguarda nas práticas interdisciplinares entre a história, a etnologia e a linguística:

Se a história está destinada, por natureza, a dedicar uma atenção privilegiada à duração, a *todos* os movimentos da duração em que ela pode decompor-se, a longa duração nos parece, nesse leque, a linha mais útil para uma observação e uma reflexão comuns às ciências sociais. (Braudel, 2005, p.75)

Sob esse ponto de vista, o autor elabora a quarta e última seção do seu artigo — “tempo do historiador, tempo do sociólogo”. Mas, agora, Lévi-Strauss não será mais evocado. A partir de então, outros serão os interlocutores do historiador, como Bachelard, Gurvitch ou a tradição marxista, para citar alguns exemplos. De fato, ao menos em relação ao antropólogo, mais um “combate pela história” havia terminado. Em 1966, na segunda edição do seu livro sobre o mundo mediterrâneo, Braudel até voltaria ao ponto, ao lembrar, mais uma vez, que “o estruturalismo de um historiador não tem nada a ver com a problemática que atormenta, com o mesmo nome, as outras ciências do homem. Ele não se dirige rumo às abstrações matemáticas” (Braudel apud Hartog, 2005, p.255). Mas esta última afirmação já pertence a um contexto em que os historiadores começavam a tomar a iniciativa da discussão, ao mesmo tempo em que desejam contemporizar as diferenças. Particularmente, interlocutores de Braudel tratam de reelaborar o que teriam em comum com a própria etnologia de Lévi-Strauss: de um lado, a mesma suspeita quanto ao tempo curto dos acontecimentos como eixo ordenador das práticas de pesquisa; de outro, o mesmo reconhecimento de que a categoria do social poderia ser tomada como o princípio de inteligibilidade das ciências do homem.

A REVOLUÇÃO FRANCESA DA HISTORIOGRAFIA

Em 5 de janeiro de 1960, Lévi-Strauss profere sua lição inaugural no *Collège de France*. Na ocasião, destaca a categoria do “social” como norte comum às ciências do homem, analisando esse horizonte em termos caros à própria historiografia *annaliste*. Seu argumento é inequívoco: refazendo os passos de constituição da Antropologia social como uma disciplina autônoma, Lévi-Strauss reconhece, no contexto francês, a contribuição decisiva de Durkheim e de Mauss. Durkheim “foi provavelmente o primeiro a introduzir nas ciências do homem esta exigência de especificidade que permitiria uma renovação da qual a maior parte — especialmente a linguística — se beneficia no início do século XX”.¹⁰ Entretanto, continua o antropólogo, se Durkheim constitui o social como categoria independente, não reconhece que seus diversos aspectos — religiosos, linguísticos e artísticos, entre outros — indicam modos de existência que exigiriam, além da sociologia, campos específicos de conhecimento. Mauss teria sugerido essa exigência. Em seu conceito de “fato social total”, a noção de totalidade seria menos importante do que sua forma de constituição: uma multidão de planos distintos e escalonados. A totalidade do social se manifesta não *a priori*, mas em ocasiões determinadas que não

suprimem as características específicas desses diversos planos. Seria possível constituir ciências específicas para diferentes ordens de fenômenos. Ao mesmo tempo, sobre o horizonte comum do social, um trabalho interdisciplinar sempre poderia ocorrer.

Parte dessa lição foi publicada na revista dos *Annales* em 1960. Já em 1971, a mesma revista dedica um número ao tema “História e estrutura”, com outra colaboração do antropólogo francês. No editorial da publicação, escrito por Burguière, anunciava-se: “a guerra entre história e estruturalismo não terá lugar”, mas sim a busca por um “estruturalismo aberto”, capaz de dar às formas culturais sua dimensão histórica específica. É certo que, aqui, Burguière também se refere ao estruturalismo radicalmente anti-histórico que alimentara, por exemplo, algumas perspectivas pós-modernas. Entretanto, quando pensa a relação entre “história e etnologia” no interior do debate estruturalista, o faz em termos braudelianos:

a etnologia procura cada vez mais atribuir às sociedades ditas primitivas a dimensão histórica que se acumula em seus mitos e instituições ... enquanto a história se mostra mais que nunca atenta aos movimentos de longa duração, ao que muda lentamente ... De uma disciplina a outra, tomou corpo a ideia de que não há no campo das ciências humanas informação pontual. Os fenômenos observáveis, as fontes disponíveis não são produtos de uma vontade mas fragmentos emersos de um sistema subjacente ... Se a análise estrutural consiste em revelar as permanências, a colocar em evidência, por detrás da aparente dispersão dos dados, “um sistema de transformações que comporta leis enquanto sistemas”, os historiadores são forçados a reconhecer ... que esta perspectiva lhes é há muito familiar ... Essa vida anterior do estruturalismo se confunde com a história dos *Annales* ... E qual historiador se resignaria hoje à partilha de tarefas que propôs outrora Claude Lévi-Strauss afirmando que a história organiza seus dados “em relação às expressões conscientes, a etnologia em relação às expressões inconscientes da vida social”? Tudo o que a história integrou a seu saber há meio século ... ela conquistou ultrapassando as fronteiras dos dados conscientes. E quando ela retorna às expressões as mais conscientes ... é ainda além do sentido declarado que ela deve ancorar sua análise, nesta organização do inconsciente ou, ao menos, do implícito, que Lucien Febvre chamava utensiliagem mental.¹¹

A nova geração de historiadores seguiu passos semelhantes, tratando de ampliar o privilégio acordado à longa duração e às estruturas sociais rumo a novos objetos e novas abordagens. Em 1978, uma síntese desses rumos era

apresentada no volume *A nova história*, organizado por Jacques Le Goff. No livro, para citar alguns exemplos, Vovelle refaz a história do conceito de longa duração; Pomian discute a história das estruturas; Burguière investiga como o estruturalismo revelara os procedimentos de uma nova antropologia histórica; Ariès, por fim, explicita o território de um novo domínio na longa duração — as mentalidades.¹² E enquanto a nova geração circunscreve esses passos, o próprio universo das ações conscientes é reabilitado como “objeto de uma interpretação sistemática”, dizia François Furet, embora o político fosse pensado não como um “acontecimento”, mas como um longo “processo de continuidade”, atravessado por transformações moleculares pouco percebidas pelos sujeitos da história.¹³

A bem da verdade, todos esses autores são apenas alguns exemplos de uma contínua re-elaboração nos modos de se combinar o estrutural e a duração. Nesse sentido, talvez seja este um dos principais ganhos daquele debate iniciado entre Lévi-Strauss e Braudel: ter estimulado sucessivas práticas de justificação que permitem, hoje, reconstituir tomadas de posição e mudanças conceituais decisivas na tradição dos *Annales*. Além disso, esse debate fornecera alguns termos com os quais os historiadores justificariam uma condição de protagonista no interior das ciências sociais, especialmente na construção das suas práticas interdisciplinares. Pois, enquanto a história inclina-se do evento para a estrutura, depois da estrutura e dos modelos para o evento, “seria pedir muito, a nossos vizinhos, desejar que a um dado momento de seus raciocínios, reconduzam a esse eixo suas constatações ou suas pesquisas?” (Braudel, 2005, p.75).

Certamente, seria simplista avaliar essa historiografia apenas do ponto de vista da longa duração, apagando a multiplicidade de suas sucessivas contribuições. Seja como for, se houve uma “revolução francesa na historiografia”, para recuperar os termos de Peter Burke, essa foi o resultado da colaboração interdisciplinar mantida por mais de sessenta anos, “um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais” (1992, p.126-127). Mas essa metáfora da “revolução” também aponta para outro sentido desse julgamento, uma vez que o “sem precedentes” da aventura interdisciplinar fora conquistado, paradoxalmente, com a desconfiança dos historiadores perante o “sem precedentes” do acontecimento político, perante uma ideia de ação tomada como “ruptura”, como “novo começo”. Afinal, a longa duração não se tornou uma base segura para o trabalho interdisciplinar ao construir seus fundamentos com a matéria do “social”? Essa matéria, alimentada pela contribuição

durkheimiana, há muito considerava as ações voluntaristas e conscientes como as mais ilusórias da história.

Isto, particularmente, constituiria um fato social digno de observação: crenças, tendências e práticas tomadas coletivamente, fora das consciências particulares — “um estado que se repete nos indivíduos”, para lembrar a definição de Durkheim, autor que desinvestiu a ação política, individual e voluntarista, como centro de gravidade de um saber cientificamente orientado.¹⁴ O social deslocara o acontecimento político como objeto privilegiado de conhecimento, não sem consequências para a nova história. Embora preserve seu “glorioso nome helênico, não significa que a nossa história seja igualzinha à que escrevia Hecateu de Mileto” (Bloch, s.d., p.24-25). Se o cânon que ordenava os acontecimentos e personagens era de natureza política, os temas recaíam sobre ações que, rompendo o movimento circular da vida, eram dignas de recordação. Porém, se o cânon da nova história é da ordem da sociedade, se o homem é pensado, sobretudo, como ser social, apagam-se as fronteiras entre o público e o privado, entre o econômico — o que diz respeito ao *oikos*, incluindo a intimidade e o trabalho — e a *polis* — a esfera da palavra compartilhada e da ação.¹⁵

Tudo, então, pode se tornar tema da história, embora as profundezas da sociedade sejam mais significativas que a superfície dos acontecimentos. Retome-se, nesse caso, o livro de Braudel sobre o mediterrâneo nos tempos de Filipe II, cujas metáforas descrevem toda uma topografia entre a agitação de “superfície” do tempo curto e individual — “ondas que as marés elevam em seu poderoso movimento” —, as “profundezas” de um tempo social e lentamente ritmado — “ondas do fundo”, que levantam o conjunto da vida mediterrânea — e um tempo geográfico e quase imóvel — feito de retornos insistentes, ao contato das coisas inanimadas.¹⁶ Recorde-se, sobretudo, o final da terceira parte desse mesmo livro, quando o autor narra a morte do rei. Acontecimento dos mais vibrantes, dele, a rigor, pouco se fala — pouco mais de duas páginas, dentre as mais de mil e cem do livro. Como se, com esse episódio, o historiador dissesse sobre a morte nem tanto de Filipe II, mas de certa narrativa que, outrora, deslocaria esse evento como o principal da história. A morte real significa, portanto, que os acontecimentos morreram como centro da historiografia.¹⁷

O herói não é mais o indivíduo, mas o mundo mediterrâneo; não há mais a recordação dos feitos extraordinários, das rupturas na história, mas uma ciência social preocupada com a memória coletiva, cujas categorias — estrutura, conjuntura, duração — são construídas a partir de um diálogo com dis-

ciplinas como a economia, a demografia, a geografia, a etnologia e, sobretudo, a sociologia. E, no texto de 1958, Braudel concluiria:

o tempo curto, à medida dos indivíduos, da vida cotidiana, de nossas ilusões, de nossas rápidas tomadas de consciência ... não forma toda a realidade, toda a espessura da história sobre a qual a reflexão científica pode trabalhar à vontade. A ciência social tem quase horror do evento. Não sem razão: o tempo curto é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações. Donde, entre alguns de nós, historiadores, uma viva desconfiança relativamente a uma história tradicional, dita ocorrencial, confundindo-se a etiqueta com a história política, não sem alguma inexatidão: a história política não é forçosamente ocorrencial, nem condenada a sê-lo. Entretanto, é um fato que, salvo quadros factícios, quase sem espessura temporal, de onde recortava as narrações, salvo as explicações de longa duração de que era preciso sorti-la, é um fato que, no seu conjunto, a história dos últimos cem anos, quase sempre política, centrada no drama dos “grandes eventos”, trabalhou no e sobre o tempo curto. (Braudel, 2005, p.45-46)

A “revolução francesa da historiografia” corresponde ao longo processo de constituição de uma ciência na qual os “acontecimentos” desvendam sua verdade não em seu encadeamento, mas em sua relação com uma estrutura que os ultrapassa.¹⁸ Nesse caso, o ponto de vista da longa duração também fertilizou um antigo sonho da escola sociológica. Pois a sociologia durkheimiana veio à existência, sob o fantasma das revoluções, como denúncia da superfície enganosa das palavras e dos eventos. Pela via sociológica, os indivíduos, integrados a processos, estruturas ou relações sociais que os ultrapassavam, deixariam de ser compreendidos como sujeitos da história. Triunfo da integração, no qual o conflito e a alteridade seriam pensados sob o risco da desintegração social. E quando os acontecimentos batiam à porta da sociologia, ou melhor, quando as paixões revolucionárias tornavam-se objeto de conhecimento, era o caso de mostrá-las ora como anomalia, ora como superfície, tão superficiais e anômalas quanto o desejo de transformar radicalmente o mundo.¹⁹

Desse ponto de vista, o conceito de “acontecimento”, como onda de superfície, talvez alimentasse novas críticas à ideia de revolução, pensada como um desejo ilusório e superficial de alteridade radical. Se em Lévi-Strauss a ação revolucionária, tomada como evento fundador, tem a tessitura de um “mito” — uma vez que a sociedade é feita de “costumes, de hábitos” (Eribon; Lévi-Strauss, 2005, p.168) —, um autor como François Furet, desde “O cate-

cismo revolucionário” — publicado na revista dos *Annales* em 1971 (número de março-abril) —, relembra a revolução francesa para denunciar a superfície enganosa do acontecimento. Que se pense, agora, na morte de outro rei, ou seja, no episódio em que Luís XVI foi guilhotinado. Acontecimento maior no século XVIII, esse seria o ápice de uma longa ilusão, própria a sujeitos — ou a historiadores — incapazes de perceber que a obra revolucionária — o princípio da igualdade — fora lentamente veiculada pela obra centralizadora do Antigo Regime. Exceção feita, no campo historiográfico, ao Tocqueville de *Antigo Regime e revolução*, diria Furet. Esse antípoda de Michelet não se iludira. O evento revolucionário foi um “processo de continuidade: a Revolução estende e consolida, levando a seu ponto de perfeição o Estado administrativo e a sociedade igualitária, cujo desenvolvimento é a obra característica da antiga monarquia” (Furet, 1989, p.37).

Certamente, entre Braudel, o livro sobre *A nova história* e o retorno do político em Furet, o debate sobre a estrutura social, sobre os longuíssimos processos de mudanças — cuja lógica ultrapassa qualquer consciência individual — foi deixando de ser um foco exclusivo das atenções. Mesmo aquele dossiê sobre “História e estruturalismo”, publicado na revista dos *Annales*, já tinha o tom de um balanço, e não de tomadas rígidas de posição. Enfim, do debate suscitado pelas provocações de Lévi-Strauss, restara tanto uma conceitualização específica sobre diversos modos de temporalidade, como a explicitação de diferentes “regimes de historicidade” (Hartog, 2005, p.235). Uma história das ilusões políticas corresponderia, apenas, a um regime historiográfico bem específico, marcado pela inscrição sociológica da esfera política. Por que, então, destacá-lo especialmente? Trata-se, no caso, de lembrar que a própria “revolução francesa da historiografia”, quando interpretou a alteridade radical como uma forma de ilusão, dera novo impulso àquele velho sonho sociológico. “Tempo curto das ilusões”, “engano revolucionário”, “superfície dos acontecimentos”: sob estas premissas, as ações conscientes e individuais não seriam pacificadas no instante mesmo em que retornam como campo de interesse dos historiadores? E seria possível decretar que o acontecimento só reassume dignidade científica quando integrado a uma identidade coletiva ou a processos de continuidade?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pensar a descontinuidade a partir de uma tradição historiográfica que tomou o “social” como categoria orientadora? Dialogando com a tradição

dos *Annales*, a década de 1970 assiste, na França, à difusão de abordagens que enfrentam essa questão de uma perspectiva muito específica: alguns autores reassumem a ação dos indivíduos como objeto privilegiado de investigação. Desse ponto de vista, buscava-se reinterrogar as possíveis relações entre o tempo da ação e os constrangimentos da sociedade e da longa duração. Três autores, ao menos, ancoraram suas obras nessa reinterrogação: Roger Chartier, Claude Lefort e Jacques Rancière. Ainda que esposando diferentes concepções teóricas, esses intérpretes poderiam ser consultados, no contexto francês, como fontes de reflexão para uma teoria crítica da história social, votada a interpretar o tempo das ações individuais a partir de outros marcos que aqueles erguidos pelas medidas da duração.

Do ponto de vista da longa duração, o curso da história se espacializou. Semelhante à geografia, a temporalidade foi dotada de escalas, de comprimentos distintos que se interpenetravam numa totalidade ordenada. Dessa maneira, um historiador como Braudel, que descarta modelos estáticos ou matemáticos, não abandonou, de todo, um sistema de referências mais ou menos imóvel para medir as relações de sucessão. Por sua vez, se a duração foi conduzida ao espaço, um autor como Chartier busca reconduzi-la às propriedades culturais, cujos múltiplos campos de negociação diversificam as escalas da duração reabilitando a dignidade do tempo curto das ações individuais. Com Chartier, essa perspectiva encontra um campo de elaboração no interior de um debate sempre renovado com a tradição dos *Annales*. Para esse autor, é o caso de flexibilizar os moldes rígidos da estrutura pelos caminhos de uma história cultural da sociedade. Em outros termos, as ações individuais e conscientes são pensadas como campo de negociação entre vontades particulares e constrangimentos sociais, entre a tradição e a inovação. O objeto da história cultural residiria, pois, na tensão entre capacidades inventivas e restrições ou convenções que determinam o que “é possível pensar, enunciar e fazer”.²⁰

Entretanto, as “práticas constitutivas do mundo social” (Chartier, 2002, p.90) continuam como uma moldura, circunscrevendo, para as ações individuais, um campo circunscrito de sentido ou significação. Em outras palavras, as ações dos homens ainda encontram seus moldes em propriedades sociais objetivas, “que caracterizam os diferentes grupos, comunidades ou classes que constituem o mundo social” (Chartier, 2002, p.91). Por essa razão, um autor como Rancière, que na década de 1960 participou da aventura estruturalista, ainda identifica, nesse conceito de cultura, a persistência de uma noção de tempo sociologicamente orientado, cujas medidas vieram ao mundo para combater o desmedido de uma ideia de alteridade radical (Rancière,

1992, p.177-208). Para Rancière, era o caso de reabilitar um conceito de tempo politicamente orientado, vale dizer, fundado sob a lógica de ações contingentes, determinadas por um excesso de sentido diante do já conhecido.

Esse autor não recupera os quadros de uma história tradicional, quando o político era pensado sob a lógica do Estado e de suas instituições, do poder e da administração, do mando e da obediência; quando o tempo era pensado segundo a lógica contínua dos progressos da civilização. Ele busca, antes de tudo, reconduzir o tempo da história ao encontro de acontecimentos que, muitas vezes, poderiam ser subtraídos da linguagem do poder, da utensilia-gem cultural ou das medidas da duração. A nova história cultural seria pouco atenta às razões de uma ação que, antes de ser expressão de alguma cultura, poderia descortinar um caminho novo e imprevisível para a vida em comum. O conceito de cultura política, reenviando os caminhos da ação à identidade previamente constituída de algum grupo — grupos operários, por exemplo —, tipifica o que poderia ser pensado como ruptura de toda identidade, como desformalização de toda moldura cultural.²¹

Porém, às margens da tradição dos *Annales*, mas sem descartar o horizonte do social, um autor como Claude Lefort também buscou renovar os fundamentos da teoria da história. Semelhante a Rancière, compreende o político como campo das ações contingentes, como espaço do conflito e da criação de novos valores ou sentidos para o mundo. E como Braudel, reconhece a pluralidade de histórias presentes em toda vida social, embora critique a tendência do historiador em hierarquizar as sucessivas durações. Entretanto, se preserva a medida do social, não adere à orientação sociológica. Sob o selo da divisão originária da vida em comum, pensada como conflito e indeterminação, analisa as condições de possibilidade de uma instituição política da sociedade. Em outras palavras, Lefort pensa a ação política como a desformalização de toda identidade previamente dada, como a desordenação de toda medida segura para o curso do tempo. E isso, ao menos, desde o início da década de 1970, quando publica sua obra sobre Maquiavel. Já a partir dos anos 80, reavalia historiadores do século XIX como Jules Michelet e Edgar Quinet, autores de referência para uma teoria da história que procurasse reconciliar o conceito de acontecimento com o possível advento de novas e imprevisíveis configurações sociais.²²

Posteriores à “revolução francesa da historiografia”, esses três exemplos — Chartier, Rancière, Lefort — compõem, certamente, um inventário incompleto sobre os novos combates da história. Seja como for, e a despeito das diferenças entre os autores, esse percurso sugere os caminhos de certa desestru-

turação. Pois o retorno do político, quando pensado às margens de uma orientação sociológica, poderia confrontar a história com uma noção de tempo à revelia de toda medida ou precisão. Esse é o tempo da ação, cristalizado em sujeitos que sabem perturbar a uniformidade da vida social e cotidiana. A ação política não revela, apenas, um ser de raízes, mas, muitas vezes, alguém deslocado no tempo e no espaço. Nesse sentido, entre os diversos “retornos” da historiografia pós-braudelina — das ações conscientes, do tempo curto dos acontecimentos —, talvez fosse o caso de também retomar uma concepção do homem como “animal político”.

A reapropriação do *zôon politikon* — privado, na modernidade, da antiga determinação normativa e teleológica — poderia, quem sabe, constituir uma importante fonte de reflexão sobre ações socialmente desestruturadas, culturalmente indefinidas e nem sempre apreendidas sob as teias do social ou sob as medidas de alguma duração.²³ Inverter-se-ia, assim, uma antiga premissa de Durkheim, para quem as ações políticas pressupunham não apenas a diferenciação social, mas também a multiplicidade de práticas e de representações sobre os modos de ser da sociedade. Antes de pressupor, a ação não seria a própria raiz da diferenciação social, o momento inaugural de todo movimento e de toda história, a matriz de toda essa multiplicidade?²⁴

NOTAS

¹ BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre a história*. Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005; LÉVISTRAUSS, Claude. História e etnologia. In: *Antropologia estrutural*. Trad. Chaim Katz e Eginardo Pires. 6.ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

² Apud BURKE, Peter. *A escola dos Annales – 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odália. 2.ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1992. p.26.

³ Cf. BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Trad. Maria Manuel e Rui Grácio. 5.ed. Porto: Publicações Europa-América, s.d. cap. I; SIMIAND, François. *Método histórico e ciências sociais*. Trad. e Apresentação: José Leonardo do Nascimento. Bauru: Edusc, 2003. A este respeito, ver ainda: REIS, José Carlos. *Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Bloch, Febvre e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994. E sobre a relação entre a tradição dos *Annales* e a tradição sociológica, ver também: RANCIÈRE, Jacques. *Les noms de l'histoire: essai de poétique du savoir*. Paris: Seuil, 1992.

⁴ A relação entre esse procedimento e o método histórico de Simiand foi assinalada por LEPETIT, Bernard. Espace et histoire: hommage à Fernand Braudel. In: *Annales: économies, sociétés, civilisations*, Paris, n.6, nov.-déc. 1971, disponível em www.persee.fr/web/

revues. Lepetit também recorda que, em 1960, com a revista dos *Annales* sob a direção de Braudel, o ensaio de Simiand foi novamente publicado.

⁵ ARENDT, Hannah. O conceito de história – antigo e moderno. In: *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro de Almeida. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992; SOBOUL, Albert. *Les sans-culottes parisiens en l'an II*. Paris: Seuil, 2004.

⁶ CHARTIER, Roger. Le monde comme représentation. In: *Annales: économie, sociétés, civilisations*, Paris, n.6, nov.-déc. 1989, disponível em www.persee.fr/web/revue.

⁷ Sobre o encontro entre Boas e Lévi-Strauss, ver: ERIBON, Didier; LÉVI-STRAUSS, Claude. *De perto, de longe*. Trad. Lea Mello e Julieta Leite. São Paulo: CosacNaify, 2005. p.59-64.

⁸ HARTOG, François. Le regard éloigné. In: *Évidence de l'histoire*. Paris: Gallimard, 2005. p.221.

⁹ Sobre a crítica ao “modelo matemático” em Lévi-Strauss, conferir: ERIBON; LÉVI-STRAUSS, 2005, p.147-154. Nessa obra, Eribon relembra que Claude Lefort, em artigo de 1952, censurava o antropólogo por apresentar o modelo como mais real que a realidade empírica. Esse artigo teria dado início às críticas sobre o formalismo ou abstracionismo de *As estruturas elementares do parentesco*.

¹⁰ Conforme a reedição do ensaio em: LÉVI-STRAUSS, Claude. Le champ de l'anthropologie. In: *Anthropologie structurale deux*. Paris: Plon, 1973. Nessa mesma obra, ver também: Ce que l'ethnologie doit à Durkheim, escrito, igualmente, em 1960.

¹¹ BURGUIÈRE, André. Présentation. In: *Annales: économies, sociétés, civilisations*, Paris, n.3-4, mai-juin 1971, disponível em www.persee.fr/web/revues.

¹² LE GOFF, Jacques (Org.). *A nova história*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

¹³ FURET, François. *Pensando a revolução francesa*. Trad. Luiz Marques e Martha Gambini. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989. p.32-33.

¹⁴ Cf. DURKHEIM, Émile. *Les règles de la méthode sociologique*. 16.ed. Paris: PUF, 1967. p.3-5. A esse respeito, ver também: LUKES, Steven. Bases para a interpretação de Durkheim. In: COHN, Gabriel (Org.). *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Azougue, 2005.

¹⁵ Conferir ARENDT, 1992.

¹⁶ BRAUDEL, Fernand. *La méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1949. p.XIII-XIV. Conferir a tradução brasileira de um pequeno extrato do livro, no qual Braudel sintetiza seu conceito de duração: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. p.14-15.

¹⁷ BRAUDEL, 1949. Sobre o curto episódio da morte do Rei como metáfora da morte de uma história tradicional, segue-se, aqui, RANCIÈRE, Jacques. *Les noms de l'histoire: essai de poétique du savoir*. Paris: Seuil, 1992. p.27.

¹⁸ LEFORT, Claude. Histoire et sociologie dans l'oeuvre de Fernand Braudel. In: *Le temps présent: écrits 1945-2005*. Paris: Belin, 2007.

¹⁹ RANCIÈRE, 1992, p.77. Sobre o ideal de integração num pensamento de matiz positivista, ver também, ainda que em outro contexto, dois pequenos ensaios de ADORNO, Theodor. *Société; Résignation*. In: *Tumultes*. Paris: Kimé, n.17-18, 2002.

²⁰ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Trad. Patrícia Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p.91. Nesse livro, conferir especialmente suas análises sobre Foucault, considerado fonte inequívoca de reflexão sobre os novos rumos historiográficos.

²¹ A este respeito, ver: RANCIÈRE, Jacques. *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*. Trad. Marilda Pedreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

²² LEFORT, Claude. *Le travail de l'oeuvre – Machiavel*. Paris: Gallimard, 1986; do mesmo autor, ver também: QUINET, Edgar: *la révolution manquée*. In: *Essais sur le politique*. Paris: Seuil, 1986. Ver, especialmente, a edição proposta e apresentada por Lefort para os diversos prefácios teórico-metodológicos escritos por Michelet. In: MICHELET, Jules. *La cité des vivants et des morts: préfaces et introductions*. Paris: Belin, 2002.

²³ Sobre o *zôon politikon*, ver: ARISTOTE. *Les politiques*. Trad. Pierre Pellegrin. 2.ed. Paris: Gallimard, 1993 (I, 2, 1252-a / I, 2, 1252-b). Sobre a re-elaboração moderna dessa tradição aristotélica, ver os artigos reunidos no dossiê “L’animal politique”, publicado na revista *Épikhè*, Grenoble, n.6, 1996.

²⁴ Sobre o procedimento de inversão da premissa durkheimiana, ver, mesmo que em outro contexto, CLASTRES, Pierre. *Copérnico e os selvagens*. In: *A sociedade contra o Estado*. Trad. Theo Santiago. Pref. Tânia Stolze Lima e Márcio Goldman. São Paulo: CosacNaify, 2003. Para uma introdução geral ao argumento de Clastres, o prefácio dessa edição pode ser lido com proveito.